

sempregados e a barbárie que atinge os que estão sem emprego assombra os trabalhadores. Trata-se de uma medida disciplinadora da força de trabalho, impondo pelo medo a desarticulação sindical, o rebaixamento dos salários e o descumprimento de várias normas de proteção do trabalhador. O patronato, claro, disfarça tudo isso sob o véu da “elevação da produtividade”.

COMO COMBATER A CHANTAGEM PATRONAL?

A única forma é defender a **estabilidade a todos**. Nós, da Corrente Proletária, ligamos essa reivindicação a outras, de defesa da vida das massas e de combate ao desemprego e subemprego. Somente com os trabalhadores nas ruas, utilizando o método da ação direta (greve, piquetes, bloqueios de avenida etc.), numa luta massiva e unitária, poderemos derrotar os planos de ataque à categoria e aos demais explorados.

COMO RESPONDERÁ A BUROCRACIA SINDICAL CORROMPIDA?

Defenderá contra a nossa proposta, colocando em oposição a reivindicação de concurso público classificatório. Dirá que somos favoráveis a um retorno à época em que havia a indicação para ocupação de cargos pelos poderosos, as “cartas dos vereadores”, alusão à prática corrupta de usar a posição na máquina pública em benefício próprio, como instrumento de cooptação política. Até de defensores do nepotismo costumam nos acusar.

PARA QUE SERVEM OS CONCURSOS?

Servem para justificar a exclusão de uma massa de trabalhadores, através do argumento da meritocracia. As provas de concurso, entretanto, não avaliam coisa alguma, muito menos a capacidade de lecionar ou trabalhar numa escola. Exigir que sejam classificatórios não muda o fato de que uma enorme parcela continuará sem trabalhar. Esses são fatos que a burocracia sindical não conseguirá responder.

Um exemplo concreto e recente foi a demissão de milhares de professores contratados, que não resultou em chamadas de concursos na mesma proporção. Problema resolvido facilmente pelo governo, com uma portaria de redução do módulo docente nas escolas para o próximo ano letivo.

Quando à acusação de sermos contrários ao caráter republicano da bandeira de concurso, como se fossemos partidários da distribuição corrupta de benefícios, basta mencionar que a distribuição de alguns cargos de acordo com interesses escusos nada tem a ver com a estabilidade a todos os trabalhadores. Não é uma bandeira para a Educação somente, mas para o conjunto dos explorados. Além disso, a estabilidade serve ao combate à terceirização, sem que isso signifique abandonar os trabalhadores terceirizados.

O que é mais grave, no entanto, é o significado de ser contra a estabilidade, que implica a manutenção de regimes precários, instrumentos de pressão do patrão sobre o trabalhador. Se não há estabilidade, predomina a chantagem cruel sobre o emprego: quem não reza a cartilha do patrão está na rua. Há uma campanha ideológica da burguesia pela “flexibilização” do trabalho, que naturaliza o uso de tal chantagem como forma de garantir a produtividade. Votar contra a estabilidade significa se curvar diante dessa campanha.

Companheiros, votemos juntos:

- Estabilidade a todos os trabalhadores.
- Readmissão dos contratados.
- Pela revogação da lei da terceirização e da reforma trabalhista
- Nenhuma retirada de direitos.

3) O que são o salário mínimo vital, a escala móvel de reajuste e escala móvel das horas de trabalho?

a) SALÁRIO MÍNIMO VITAL: defendemos que o trabalhador receba o suficiente para cobrir suas despesas e de sua família. O valor deve ser debatido a partir das assembleias, o cálculo não pode deixar de fora nenhuma necessidade. Em nossas contas aproximadas, não pode ser inferior a R\$4.500,00.

b) ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE: é a reposição automática das perdas salariais, extremamente importante num momento de

alta da inflação. Subiram os preços, aumenta o salário.

c) ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO: significa combater o desemprego e o subemprego através da divisão das horas nacionais de trabalho entre todos aptos a trabalhar, sem redução do salário. A aplicação em nosso setor implica em dividir as aulas para que não haja professor sem turmas. Mas trata-se de uma reivindicação geral, voltada ao conjunto dos explorados, de defesa da vida das massas contra a barbárie capitalista.

COM A PALVRA, OS DETRATORES:

Pelas experiências anteriores, podemos prever que nossas propostas serão distorcidas com argumentos falaciosos, recorrendo à legalidade burguesa e se apoiando no senso comum. Sobre o salário mínimo vital, por exemplo, dirão que é excessivamente alto, impossível de ser atingido. Isso porque a concepção de sindicalismo que defendem é de conciliação de classes, reformista. Tal concepção se apoia na possibilidade de negociar por cima migalhas a serem apresentadas como vitórias. No fundo, concordam com o argumento dos governos, que apresentam suas contas para tentar demonstrar a ausência de caixa para pagar valores mais elevados. Só o que a burocracia sindical acaba fazendo, portanto, é tentar morder algum trocado a mais para não ficar tão mal com suas bases.

NÓS RESPONDEMOS:

A vitória ou derrota dependem da correlação de forças, e que por isso, negar de antemão a defender as reivindicações que correspondem às necessidades dos trabalhadores significa capitular sem luta. Os capitalistas dirão certamente que falirão se cederem. Os pelegos da direção do sindicato concordarão, acrescentando que isso resultará em desemprego e ainda nos acusará de querer que isso aconteça. Nós dizemos: se o capitalismo não é capaz de garantir uma existência digna aos trabalhadores, então é o capitalismo que deve ser sepultado. E se a burocracia vendida prefere capitular, então devemos varrê-la da direção do sindicato.

4) Defesa do Método da ação direta

Os reformistas de todas as matizes, os eleitores e burocratas se colocarão contra essa proposta. O motivo é que colocam em primeiro plano a via da conciliação de classes, as negociações de bastidores e a pressão parlamentar. Ocultam que esse é o terreno próprio da burguesia, onde predomina o poder econômico, onde os explorados jamais poderão obter vitórias. O método da classe operária é outro: é a greve, as assembleias massivas, as passeatas multitudinárias, os bloqueios de avenidas e ocupações, que devem subordinar todas as outras formas de luta.

5) Defesa do socialismo

Os planos dos governos e as receitas pedagógicas dos acadêmicos são incapazes de transformar a Educação e alcançar a chamada “escola de qualidade”. Esbarram nas condições objetivas do país, que é de pobreza e miséria da maioria. As “estratégias inovadoras” não têm possibilitado a elevação dos percentuais nos níveis de aprendizagem.

A decomposição de um sistema econômico não é linear, o que se verifica também na superestrutura de uma sociedade, da qual a escola é parte integrante. O que quer dizer que a transformação da Educação é um fenômeno histórico que depende da superação do modo de produção vigente. Os trabalhadores da Educação e os estudantes sozinhos não transformarão o ensino, mas é o combate pelas reivindicações que os aproximarão do programa revolucionário da classe operária.

Não se trata de uma solução moral ou uma utopia, mas uma necessidade histórica diante do capitalismo em crise, o qual só pode oferecer a barbárie. As condições objetivas estão maduras, o obstáculo está na crise de direção revolucionária. Coloca-se a necessidade de construir o partido revolucionário no Brasil, como parte da tarefa de reconstruir o partido mundial da revolução proletária, a IV Internacional.

Vote nas resoluções de luta, em defesa da Educação pública e contra os ataques dos governos e burguesia sobre os trabalhadores!



25 de outubro de 2017

Retomar a greve geral contra as reformas da Previdência/ Trabalhista/Educacional.

Contatos: www.pormassas.org / e-mail: por@pormassas.org

NOSSAS PROPOSTAS:

- Escola vinculada à produção social.
- Fim da política de privatização da Educação Infantil.
- Estabilidade a todos os trabalhadores.
- Salário mínimo vital, a escala móvel de reajuste e escala móvel das horas de trabalho.

Tese da Corrente Proletária da Educação

Desintegração capitalista impõe a barbárie social e nacional

O capitalismo atravessa a mais longa e profunda crise mundial do pós-guerra. Trata-se da manifestação de suas leis estruturais, históricas. As forças produtivas altamente desenvolvidas estão em choque aberto com as relações de produção e com as fronteiras nacionais. A burguesia não tem outra via para enfrentar a crise de superprodução a não ser destruindo massivamente parte das forças produtivas. O que se faz por meio das recessões e por medidas de proteção aos lucros. Essa via incorpora outros meios como os saques das nações oprimidas e as guerras. As demissões em massa e alta do desemprego indicam a escala do estancamento e da destruição de forças produtivas. As guerras, por sua vez, indicam o impulso das tendências bélicas criadas e fomentadas pelas relações de produção, disputas e dominação econômica. É o que explica a função das guerras na etapa imperialista do capitalismo

Trabalhadores do mundo todo respondem com greves e luta direta.

Desde 2008, quando eclodiu a crise a partir dos Estados Unidos, a classe operária, as massas exploradas e as nações oprimidas vêm se confrontando com a desintegração do capitalismo mundial, cujo resultado é o da ampliação da barbárie social. É com essa situação que as centrais, os sindicatos, os movimentos e a vanguarda revolucionária se deparam e estão obrigados a assumir o programa da revolução proletária. Caso contrário, servirão, em última instância, à burguesia decadente e putrefata.

Os explorados têm recorrido, como podem, à luta. Nos Estados Unidos, a crise econômica potencializou a opressão racial. Greves, manifestações, bloqueios enfrentamentos com a polícia ocorrem em toda a parte. Defendem os empregos, os salários, direitos e conquistas sociais. Na Europa, a greve geral na França contra os ataques do governo às antigas conquistas do proletariado se levantou como um marco de resistência. As greves gerais na Argentina e no Brasil também são marcos da intervenção do proletariado diante das medidas pró-imperialistas.

Crise de direção revolucionária permite o avanço da retirada de direitos.

A queda e a recessão nas economias latino-americanas golpearam os governos que encarnavam o nacionalismo, o pseudonacionalismo e o reformismo pequeno burguês. Nesse caso particular, ressalta a gigantesca dívida pública e o parasitismo financeiro. O governo mais nacionalista de todos, que é o da Venezuela, está acudado pela oposição reacionária, pela ofensiva norte-americana e pelos seus sequazes encastelados no Mercosul, tendo à frente a aliança entre o governo golpista do Brasil e o governo eleito da Argentina. Na Bolívia, a oposição burguesa comparece grandemente enfraquecida e o governo Evo vem se chocando quase que diariamente com os movimentos fabris, indígenas e da pequena burguesia urbana.

Certamente, a luta de classes ainda está aquém das necessidades dos explorados diante do processo de desintegração capitalista. Mas isso tem a ver com a crise de direção revolucionária e com o bloqueio imposto pelos poderosos aparatos sindicais burocratizados. Haja vista a urgência de unir a classe operária e demais oprimidos para responder à política colonialista das potências, a questão

dos imigrantes e a emersão das tendências fascizantes no seio da burguesia e da pequena-burguesia.

É fundamental a crítica ao nacionalismo burguês e ao nacional-reformismo, revelando o seu caráter de classe para os explorados. Mas, igualmente, é fundamental rechaçar a ofensiva do imperialismo e de toda ingerência externa da burguesia servil latino-americana. A via para desenvolver a luta independente dos explorados e a sua estratégia própria de poder é a de organizar a luta a partir de suas necessidades fundamentais e trabalhar pela organização da frente única anti-imperialista. A defesa da independência nacional e da autodeterminação dos povos é parte essencial da luta contra os próprios governos nacionalistas decadentes e o imperialismo.

No Brasil, golpe de Estado e governo de ditadura civil tem um objetivo: impor as reformas antinacional e popular

No Brasil, a situação está marcada pelo golpe de Estado que derrubou o governo do PT e instituiu um governo de ditadura civil. Sua função foi a de implantar a todo o custo e por cima da imensa maioria da população medidas antinacional e antipopular. Toda política econômica está voltada a sustentar a gigantesca dívida pública e a enorme carga de juros que sangra o Tesouro nacional. De um lado, o governo golpista de Temer atende aos interesses dos capitalistas exploradores da força de trabalho; de outro, às exigências do capital financeiro. Seu caráter plenamente antinacional vai ao ponto de lançar um plano de privatizações, que abarca vários setores da economia, e abrir à exploração dos monopólios as ricas reservas minerais. Seu caráter abertamente antipopular se reflete nas reformas trabalhista e previdenciária.

A ditadura civil de Temer vem impondo profundas alterações nas relações de trabalho, que governos neoliberais anteriores - como o de Fernando Henrique Cardoso - não conseguiram. De conjunto, a PEC do Teto, as reformas trabalhista e previdenciária, as privatizações e a quebra da reserva estatal de minérios formam um ambicioso plano, que corresponde às diretrizes do imperialismo para a crise mundial. O golpe de Estado, assim, compareceu como a via de constituir um governo completamente livre das pressões eleitorais. O Congresso Nacional se transformou em um órgão do golpe e das reformas antinacional e antipopular.

A avalanche da crise mundial, que desabou em 2008, acabou por inviabilizar o governo de conciliação de classes. O golpe de Estado se encarregou de interromper o continuísmo petista.

A crise que atingiu o governo Dilma foi determinada pela queda do crescimento e a recessão. A Operação Lava Jato se potenciou como fator da crise política, assentando-se socialmente na classe média. Não pode ser desligada da recessão, das demissões em massa e da elevação do desemprego. Está aí por que suas investigações chegaram ao ponto de atingir o próprio governo golpista, bem como boa parte dos partidos e do Congresso Nacional. Temer somente conseguiu se equilibrar no poder, graças à condução das reformas antinacional e antipopular. A burguesia atribuiu-lhe a função de impor as contundentes medidas, que governo nenhum eleito havia conseguido.

O Congresso Nacional passou a se responsabilizar pelo governo golpista enquanto indutor da brutal virada na política econômica.

Estava claro que a derrubada do governo do PT se justificava tão somente pela necessidade de impor à maioria oprimida o “ajuste fiscal” e o recrudescimento da exploração do trabalho. É o que explica Temer ter se livrado do processo de cassação do TSE, barrado a denúncia de Janot na Câmara Federal, acuado o Ministério Público e freado as investidas da Polícia Federal contra seu governo. Contribuiu para isso a sinalização de que a recessão vem perdendo força. É nestas condições que o Congresso Nacional encontrou espaço para ir adiante com a reacionária reforma política.

Divisão, traição e eleitoralismo das direções sindicais ajudaram a aprovar a Reforma Trabalhista

A classe operária mostrou disposição de luta na greve geral de 28 de abril. Bastou as centrais, os sindicatos e os movimentos populares convocarem e organizarem a resistência às reformas trabalhista e previdenciária para que os explorados se levantassem em combate. O governo golpista foi identificado imediatamente pela ofensiva contra a vida das massas. O mesmo se passou com o Congresso Nacional golpista. Generalizou-se a rejeição ao governo e aos parlamentares. Chegou-se ao ponto da imprensa monopolista ter de fazer uma campanha em defesa do governo impopular e corrupto. Para impor as reformas era e é preciso um governo liberto de qualquer pressão popular.

No lado oposto, abriu-se uma situação de luta direta, de massa, contra os ataques e o governo de Temer. As manifestações de março e a greve geral de abril foram um primeiro impulso nesse sentido. As frações da burocracia sindical, pró-Temer e anti-Temer, acabaram por desviar o curso da luta direta e contê-la nos limites da institucionalidade. O que quer dizer nos limites ditados pelo Congresso Nacional golpista e pelo próprio governo. O sintoma mais claro do divisionismo se deu no 1º de Maio, quando as burocracias se colocaram pelas festividades. A caricatura das manifestações nacionais de 30 de junho refletiu, de um lado, a negociata da Força Sindical e UGT com o governo, e de outro, o oposicionismo burguês da CUT /SINPEEM e aliados estampado na bandeira de “Fora Temer”, “Diretas já” e “Lula presidente”. Já não importava para as burocracias a tarefa de derrubar as reformas pela via da greve geral.

Retomar a greve geral contra as reformas da Previdência/Trabalhista/Educacional

Sem a intervenção do proletariado na crise política, com suas reivindicações e seus métodos de luta, o governo ficou com as mãos livres para aprovar a reforma trabalhista e afastar os perigos da delação da JBS. Observa-se que imperou a política de conciliação de classes, agora com a nova roupagem oposicionista, encabeçada pelo PT, PCdoB e a Frente Brasil Popular. Como se vê, a estabilização da ditadura civil de Temer, pelo menos até o momento, se deveu ao desmonte do movimento grevista e ao abandono das reivindicações que uniam a maioria explorada contra o governo e o Congresso Nacional golpistas.

Doria aprofunda a privatização e a precarização

Mal foi aprovada a reforma trabalhista, Doria /PSDB retomou seu plano privatista na Educação. Iniciou a demissão de professores

Propostas da Corrente Proletária na Educação

O congresso do SINPEEM, uma das maiores instâncias de libertação da categoria, tem se transformado cada vez mais em um evento acadêmico e festivo, que caracterizamos como distracionista, justamente por não cumprir o seu papel principal, que é o de armar os trabalhadores contra as ofensivas do governo.

A participação dos trabalhadores tem sido anulada, pois não há debate efetivo em relação aos problemas sofridos pelo conjunto da classe. A limitação a duas plenárias obriga todos os anos a eleição de apenas um dos pontos do texto referência para ser discutido. E nem mesmo com esse único ponto escolhido ocorre um debate qualificado. Isso por que os trabalhadores chegam ao congresso sem conhecimento das divergências existentes e permanecem alheios a

contratados, reduziu o módulo de docentes nas escolas, retomou o Sampaprev, retirou as férias em função de licenças médicas, cortou a merenda, e planeja acabar com salas de leitura, informática etc. Um verdadeiro desmonte da já precária Educação pública, piorando as condições de trabalho e ensino. Junto com Alckmin, promoverá a centralização das matrículas das séries iniciais e avançará no ensino integral e municipalização.

Nesse contexto de destruição do ensino, o SINPEEM está imobilizado. A única discussão que apareceu foi na Câmara Municipal: o Projeto de Lei 068/17, de autoria do vereador Claudio Fonseca/PPS, base aliada do governo e atual presidente do SINPEEM (maior sindicato da Educação municipal). O PL pretende modificar cargos e jornadas de trabalho dos docentes, favorecendo a política privatista de Doria e os cortes já anunciados no quadro de pessoal. Isso é dito pois, com a aprovação deste PL, tudo indica que a política de privatização na Educação infantil avançará consideravelmente e o governo ainda conseguirá suprir a falta de professores nas demais modalidades de ensino, com o remanejamento dos docentes dos Centros de Educação Infantil (CEI). Estes por sua vez, ao serem privatizados, recorrerão aos contratos de trabalho precarizados, por meio da terceirização.

Esse congresso deve rejeitar qualquer política de colaboração do sindicato com os governos golpistas. Deve se posicionar por impulsionar a greve da categoria para colocar abaixo as medidas privatistas de Doria/Alckmin/Temer. Lutar contra as portarias de retirada de direitos, impulsionar a luta por salário, emprego e contra as reformas em unidade com a classe operária. Deve apontar as seguintes bandeiras:

- combate dos explorados às bandeiras institucionais de “Fora Temer”, “Diretas já”, ou “Eleições gerais”;*
- Trabalhar pela retomada da greve geral, reerguendo as bandeiras de “Abaixo as reformas trabalhista e previdenciária”, o fim de toda a terceirização, defesa dos empregos, salários e direitos e combate a todas as formas de flexibilização capitalista do trabalho;*
- Vincular a luta contra as reformas com as bandeiras de não pagamento da dívida pública, fim do programa de privatização e desnacionalização do governo golpista, reestatização geral das camponês que foram privatizadas, nacionalização de todos os recursos naturais, sob o controle da classe operária;*
- Convergir os movimentos operário, camponês e popular para a luta anti-imperialista. Defender no interior dos movimentos as bandeiras de independência nacional, autodeterminação da nação oprimida e expropriação sem indenização dos monopólios e capital financeiro;*
- Propagandear e agitar a estratégia própria de poder do proletariado, que se sintetiza no governo operário e camponês. Contrapor-se à estratégia burguesa do reformismo e da esquerda eleitoral. Colocar-se plenamente pelo programa da classe operária, que unifica todas as forças sociais oprimidas contra a burguesia e a sociedade de classes. Trabalhar pela aliança operária e camponesa e pela frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária;*
- Combater nas ruas a política privatista dos golpistas Doria/Alckmin/Temer;*
- Rejeitar o Sampaprev, a Avaliação de Desempenho, o desemprego/subemprego, o PL do fim da estabilidade, a terceirização e a privatização da Educação;*
- Total independência do SINPEEM em relação ao governo Doria e seus aliados.*

elas, pois não há espaço no congresso para que as correntes políticas expressem suas posições de forma democrática, por meio de grupos de debates. Isso sem dizer que o próprio texto referência, defendido pela direção majoritária como fruto do acúmulo do debate dos congressos anteriores, não passa de mais uma enganação, já que a maioria dos pontos não é discutida há muitos anos.

Neste sentido, o que temos na verdade é um texto com as posições políticas da direção majoritária, enquanto às demais correntes resta a possibilidade de fazer remendos neste texto da direção, de forma extremamente limitada, o que significa, em última instância, estarem obrigadas a aceitar o texto em sua essência.

Sobretudo, é fundamental compreender a quem serve esse for-

mato de congresso. Somente uma direção burocrática, que pretende manter o terreno livre para as negociatas com o governo interessa calar os trabalhadores, substituindo o debate coletivo e a tomada de decisões de forma democrática pelos shows, palestras de autoajuda, atividades culturais e feiras com diversas futilidades, mantendo os trabalhadores como meros espectadores.

Portanto, o tempo ultralimitado para a exposição de nossa política além de não garantir a compreensão desejada das diversas propostas apresentadas no plenário, ainda temos nos deparado todos os anos com uma série de distorções das nossas propostas, na maioria das vezes de forma proposital e até mesmo com calúnias. Antecipando esses problemas, decidimos apresentar, de forma sucinta, uma explicação sobre nossas principais defesas, que se caracterizam fundamentalmente como a política proletária para a Educação.

1) O que é a escola vinculada à produção social?

QUAL ESCOLA TEMOS HOJE?

A escola que temos está desvinculada da vida, é memorística, repetitiva, separa teoria e prática, mutila as faculdades físicas e intelectuais dos jovens, é marcada pela violência cotidiana e é reprodutora da ideologia da classe dominante. O fosso existente entre o que se ensina e a produção social é enorme: as conquistas obtidas pela humanidade através da ciência, responsáveis por avanços no desenvolvimento das forças produtivas, passam longe da escola.

POR QUE ELA É ASSIM?

Porque vivemos na época do imperialismo, na era do domínio dos monopólios sobre a economia mundial. O capitalismo está em sua época de agonia, acossado por uma crise estrutural que conduz os seres humanos à barbárie. Na base dessa crise está o fenômeno da superprodução. Uma imensa parcela da sociedade vive na miséria, não é capaz de absorver as mercadorias produzidas. As fronteiras nacionais são camisas-de-força para a enorme capacidade produtiva das potências, daí a necessidade de aumentar o saque sobre os países semicoloniais. Num quadro como esse, permitir que a ciência adentre as fábricas somente agudizaria o fenômeno da superprodução. Por isso a separação entre o pensar e o fazer é insolúvel sob o capitalismo.

O QUE FAZER, ENTÃO?

Para que o ensino seja vinculado à produção social será necessário acabar a propriedade privada dos meios de produção. Isto é, a concepção de Educação que defendemos só se realizará plenamente com o socialismo. Dessa constatação não resulta que devamos esperar pela revolução. O combate à velha escola apodrecida deve começar hoje. É tarefa desse congresso dar passos nesse sentido. Devemos atacar as condições sociais que atingem a juventude (e os próprios trabalhadores em Educação) e a impedem de aprender: a miséria, o desemprego, a violência reacionária do Estado e a deterioração dos serviços públicos. Daí a importância de bandeiras como a de emprego para a juventude: 4 horas de estudo e 4h na produção, trabalhando de acordo com a suas capacidades físicas e intelectuais.

No entanto, para isso precisamos ligar a defesa do ensino vinculado a produção social a defesa da **expropriação de toda a rede privada de Educação** – a ideia de que o sistema público pode coexistir pacificamente com o privado é utópica e reacionária. A Educação, ao se constituir como mercadoria, fica submetida às leis de funcionamento do capitalismo. Assim, precisa expandir, caso contrário se desvaloriza. Daí a pressão dos monopólios educacionais no sentido de destruir o ensino público, medida que objetiva permitir a expansão de seus negócios. Por outro lado, a luta pela expropriação não pode ser compreendida como ação isolada. Deve, outrossim, se inserir no processo mais amplo de combate anticapitalista.

O QUE DIRÃO NOSSOS DETRATORES?

Talvez até concordem com nossa caracterização sobre a falência da escola. Mas apresentarão soluções pretensamente realizáveis sob o capitalismo. Dirão que nossa proposta é utópica, mas jamais conseguirão explicar como superar o divórcio entre teoria e prática sem por fim à propriedade privada. E ainda destacarão “aspectos negativos” da nossa proposta, inventando coisas absurdas para confundir o plenário: uma delas tem sido a de que nossa reivindicação de em-

prego à juventude significa que somos favoráveis ao trabalho infantil. E o farão sem pudor algum, mesmo sabendo que voltarão às suas escolas e não encontrarão lá vários alunos, evadidos por conta da necessidade de trabalhar, uma parte para o narcotráfico, inclusive.

Por isso, camaradas, votemos juntos:

- Em defesa da escola vinculada à produção social.

- Nenhum jovem fora da escola: 4 h de estudo e 4h na produção.

- Expropriação de toda a rede privada de educação

2) Fim da política de privatização da Educação Infantil

A realidade da Educação Infantil na cidade de São Paulo já apon-ta para aproximadamente 89% do atendimento sendo realizado por meio dos convênios com a rede privada. Esses convênios têm sido ampliados cada vez mais, enquanto que os CEIs diretos deixam de ser construídos. E quando são construídos também são entregues à gestão privada (CEIs indiretos). Ou seja, sendo mantidas com recur-sos públicos, mas sob o controle da gestão privada de ensino. Constitui um instrumento de proteção aos capitalistas da Educação, além de precarizar as condições de trabalho e de atendimento as crianças. Os trabalhadores são superexplorados, com contratos precarizados, jornadas maiores de trabalho e salários bem menores (não ultrapas-sam dois salários mínimos). Além da maioria dos locais não ofere-cem condições adequadas de atendimento à faixa etária.

Com a aprovação do PME, Haddad/PT reafirmou o mecanismo de convênios como principal estratégia para ampliação das vagas na Educação infantil e assim atender a meta de redução do déficit de mais de 100 mil vagas na cidade de São Paulo. Doria dá continuida-de, buscando ampliar ainda mais a política privatista ao sancionar nova lei que intensifica a terceirização por meio de parcerias com o setor privado, inclusive estendendo a política de convênios para o atendimento das crianças de 4 e 5 anos, faixa etária das EMElS.

O QUE FAZER?

A Corrente Proletária combate a privatização na Educação infan-til com a defesa da estatização de toda a rede conveniada e indireta, sem indenização, e a construção de novos CEIs e EMElS para aten-der todas as crianças, e diminuir o número de alunos por turma.

A terceirização dos serviços tem sido outro mecanismo indireto de privatização e conseqüentemente de precarização do trabalho. Atinge vários setores públicos e na Educação incide sobre os servi-ços de limpeza e merenda escolar. Os trabalhadores terceirizados estão dentro das escolas desempenhando as mesmas funções exer-cidas anteriormente pelos agentes escolares, porém com contratos provisórios e salários extremamente baixados (não ultrapassam um salário mínimo). A Corrente Proletária na Educação combate às terceirizações, como medida de proteção das condições de trabalho e salário bem como a efetivação e estabilidade a todos os trabalha-dores terceirizados.

O QUE DIRÃO NOSSOS DETRATORES?

Dirão que concordam com a necessidade combater a privatiza-ção da Educação infantil bem como a terceirização dos serviços de limpeza e merenda. No entanto, esse combate não passa de discurs-o vazio, já que todos os anos defendem a necessidade de dar um tempo para o governo findar com a política de convênios. A cada congresso se aprova no mínimo mais três anos de tempo para o go-verno, o que na prática tem garantido a continuidade e avanço da política de privatização da Educação infantil.

3) Por que defender a estabilidade a todos os trabalhadores?

EM QUAL SITUAÇÃO SE ENCONTRAM OS TRABALHADORES?

A crise capitalista tem obrigado os patrões e governos a atacar nossos direitos históricos. Impõem a precarização para salvar seus negócios. Exemplo disso é a aprovação recente da reforma trabalhis-ta, a lei da terceirização e as ameaças a previdência, o que resultará em benefícios apenas aos capitalistas.

Um dos aspectos principais da reforma está na possibilidade de demitir com maior facilidade, o que os capitalistas usam como instrumento de pressão, de chantagem. O numeroso exército de de-